

Pesquisa pública – Metas específicas da Justiça Eleitoral para 2020

Relatório de resultados – TRE/RS

Motivação

Com o objetivo de tornar o processo de escolha das metas específicas da Justiça Eleitoral o mais participativo possível, queremos saber o que você pensa sobre essa Justiça especializada e o que ela pode fazer pelo Brasil.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sua Resolução nº 221 (formato PDF), de 10 de maio de 2016, institui princípios para a gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário. Dessa forma, os processos participativos, em qualquer modalidade, constituem etapa preliminar ao encaminhamento de propostas de metas nacionais ao CNJ.

Perfil social e demográfico dos respondentes

Tabela 1 – Distribuição do público-alvo

UF	Identificação	Total	%
RS	Advogado	2	1,4%
	Magistrado de 1º grau	2	1,4%
	Ministério Público	1	0,7%
	Servidor público	131	89%
	Sociedade	11	7,5%
RS Total		147	100,0%

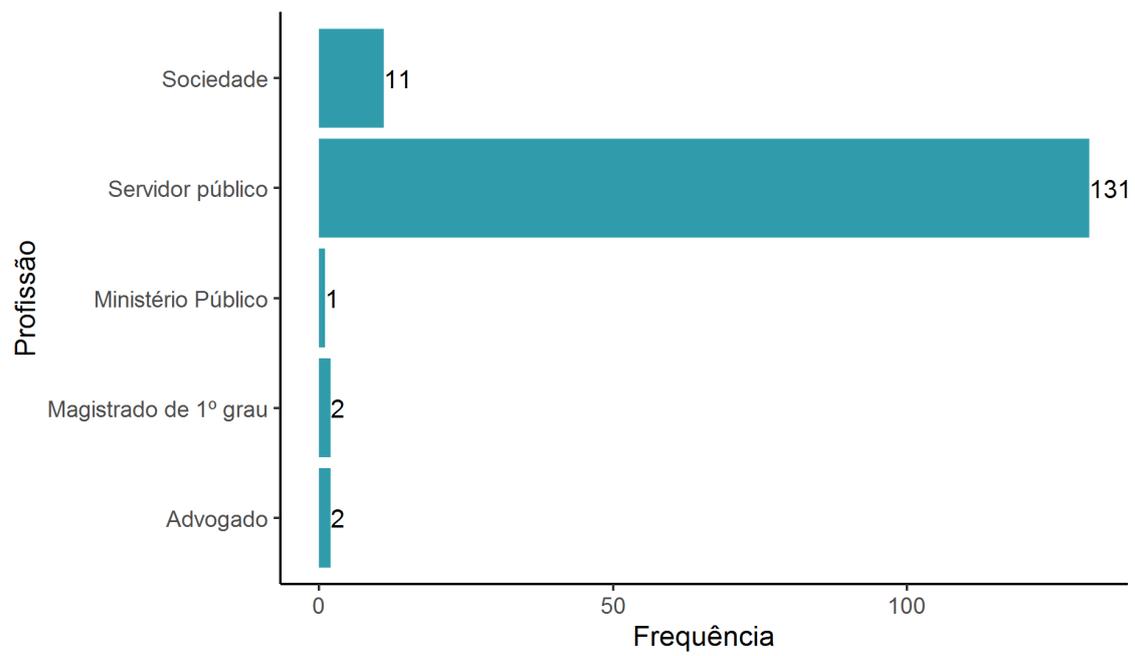


Figura 1 – Distribuição do público-alvo

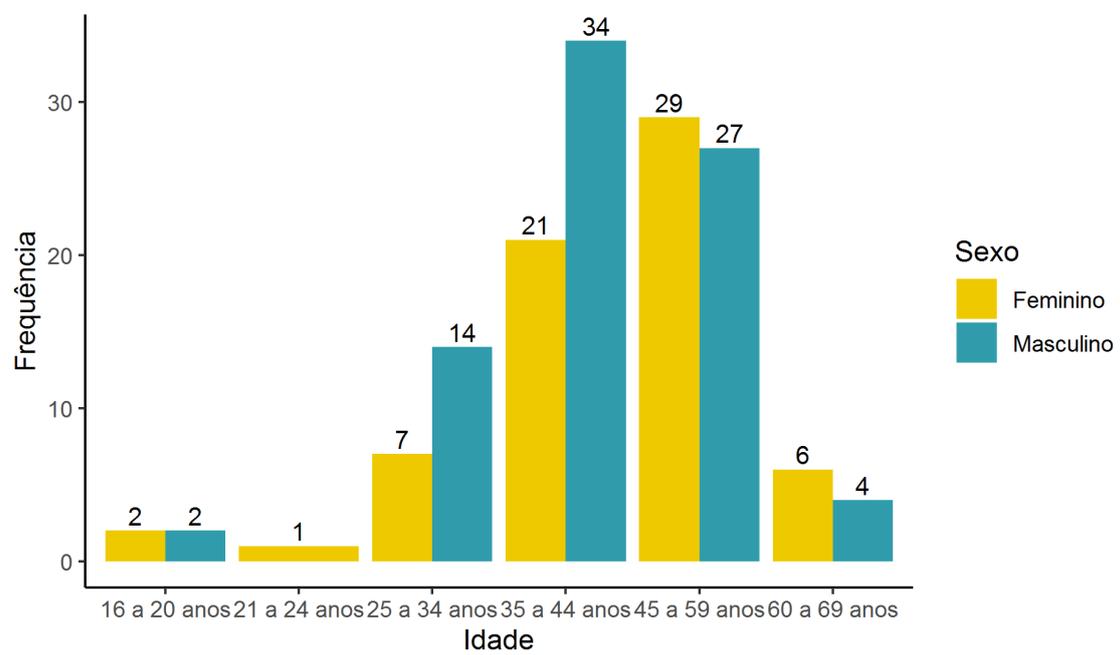


Figura 2 – Distribuição dos respondentes por sexo e faixa-etária

Análise das Respostas

Tabela 2 – Importância das metas específicas para a JE 2020

5 - Dentre as metas específicas elencadas abaixo, escolha qual você considera mais importante para a Justiça Eleitoral alcançar em 2020.	Total	%
Realizar ações de fortalecimento das políticas socioambientais e tornar os tribunais eleitorais mais inclusivos e acessíveis.	82	55,8%
Realizar ações de incentivo à participação feminina no processo eleitoral.	65	44,2%
	147	100,0%

Tabela 3 – Análise do item 6 – Julgar mais processos que os distribuídos (meta nacional)

Nota	Frequência	Produto	Média ponderada
0	1	0	
1	2	2	
2	1	2	
3	2	6	
4	2	8	
5	15	75	
6	6	36	
7	26	182	
8	33	264	
9	23	207	
10	36	360	
	147	1142	20,76

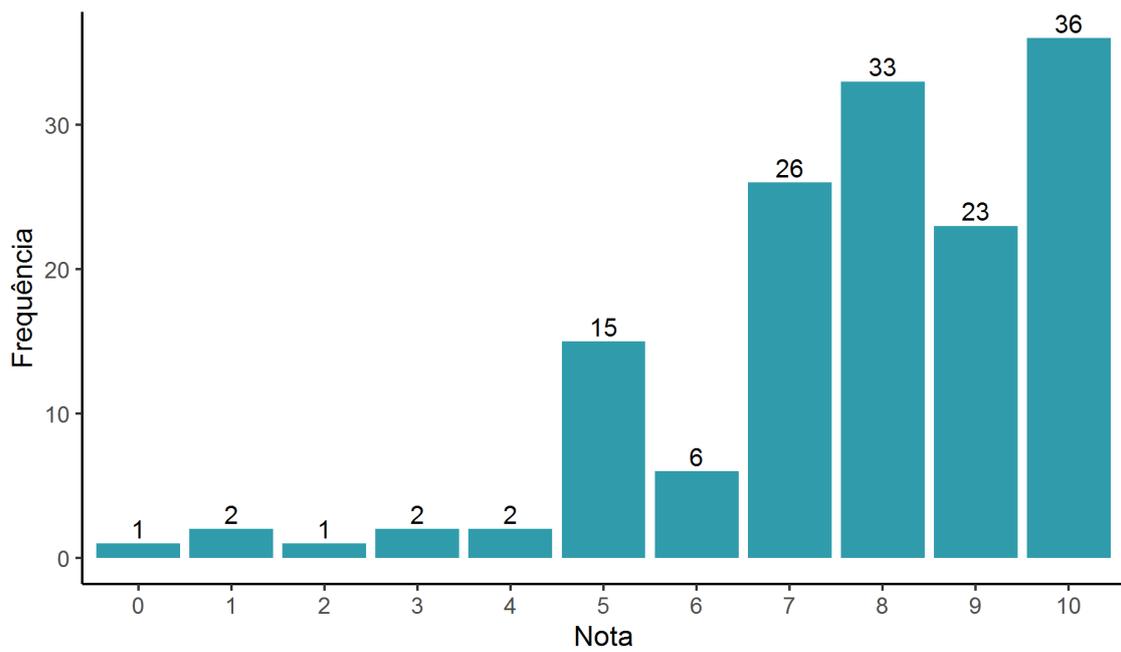


Figura 3 – Distribuição das notas dadas ao item 6: Julgar mais processos que os distribuídos (meta nacional)

Tabela 4 – Análise do item 7 – Julgar processos mais antigos (meta nacional)

Nota	Frequência	Produto	Média ponderada
0	1	0	
1	1	1	
2	2	4	
4	3	12	
5	2	10	
6	2	12	
7	11	77	
8	30	240	
9	26	234	
10	69	690	
	147	1280	24,62

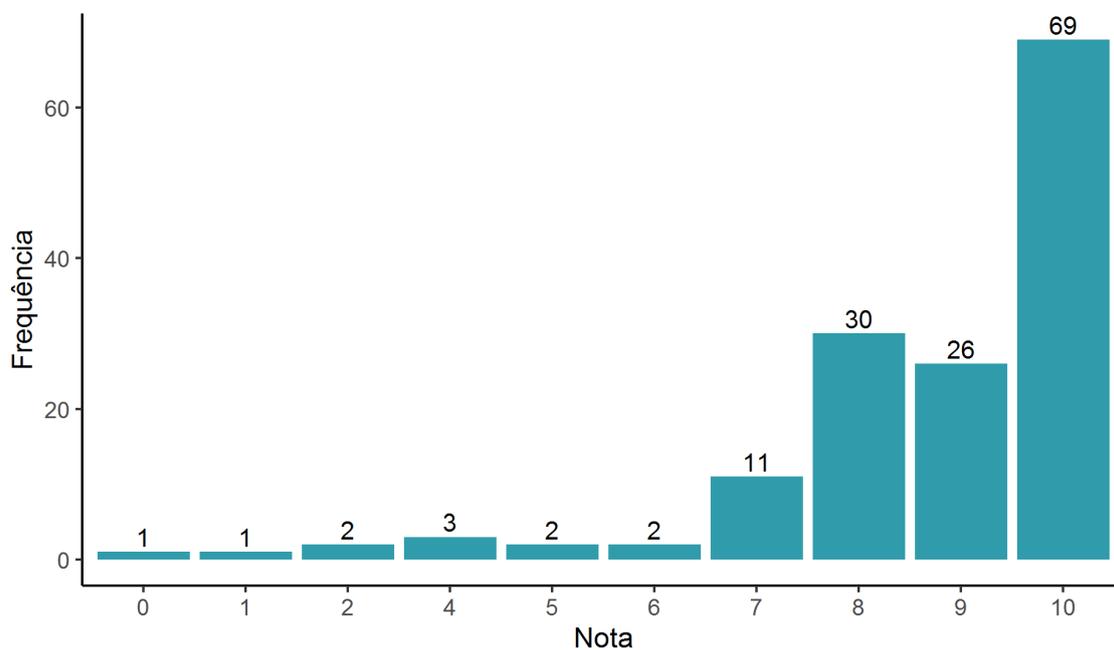


Figura 4 – Distribuição das notas dadas ao item 7: Julgar processos mais antigos (meta nacional)

Tabela 5 – Análise do item 8 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. (meta nacional)

Nota	Frequência	Produto	Média ponderada
1	1	1	
2	2	4	
5	4	20	
7	4	28	
8	15	120	
9	26	234	
10	95	950	
	147	1357	32,31

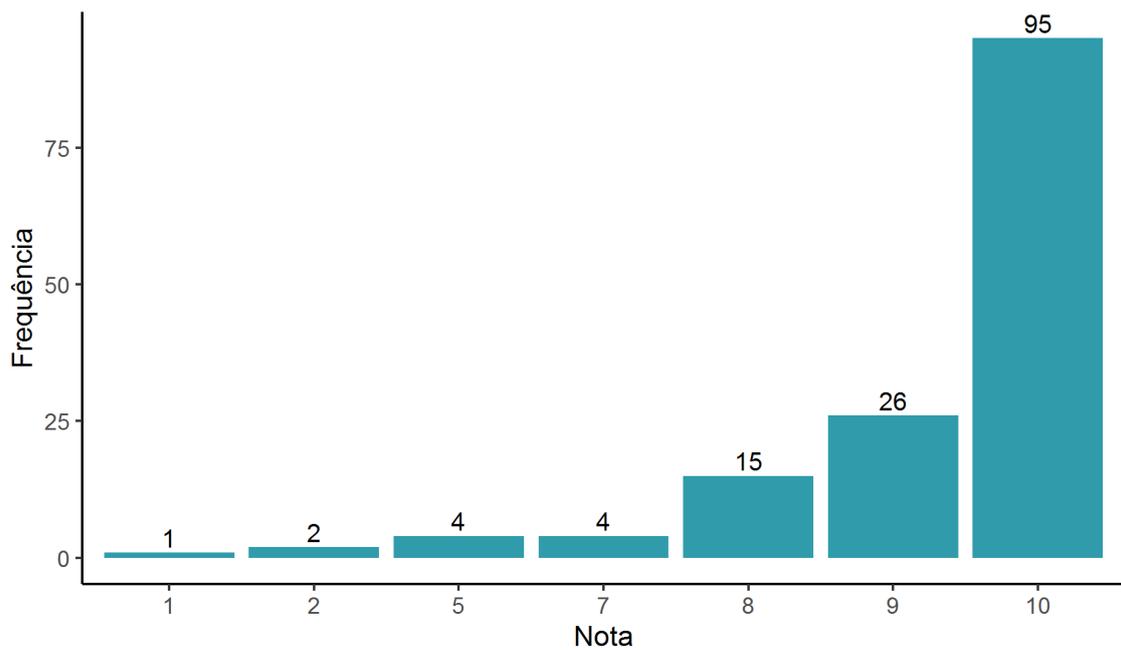


Figura 5 – Notas do item 8: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. (meta nacional)

Tabela 6 – Análise do item 9 – Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral. (Meta específica)

Nota	Frequência	Produto	Média ponderada
2	2	4	
4	1	4	
5	8	40	
7	11	77	
8	8	64	
9	23	207	
10	94	940	
	147	1336	29,69

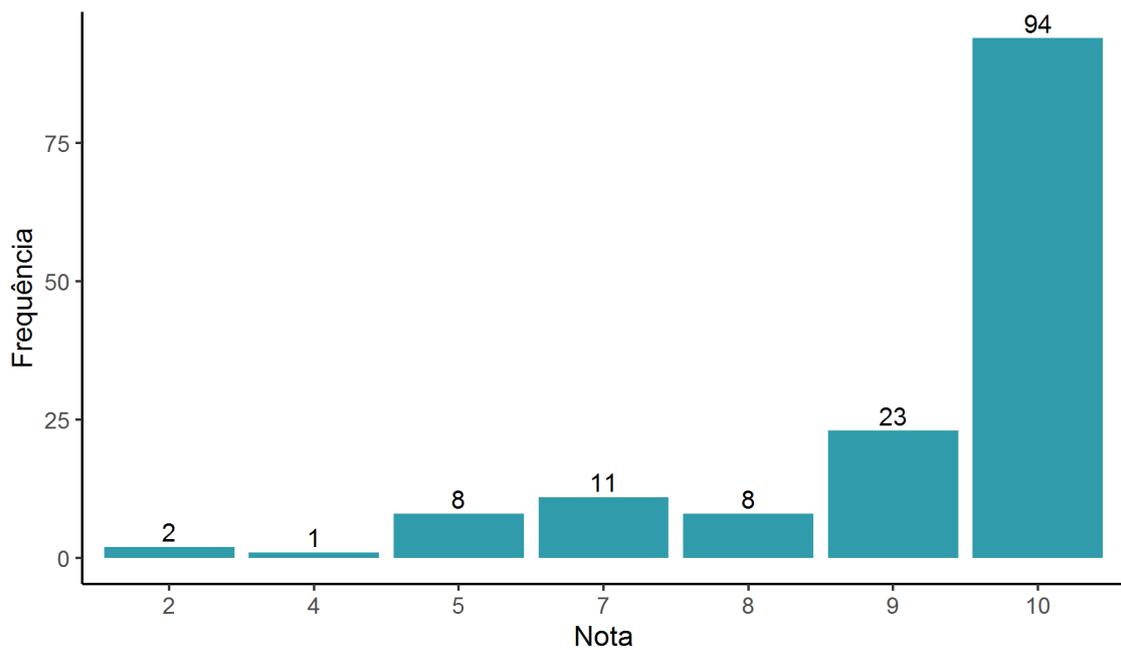


Figura 6 – Notas do item 9: Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral. (Meta específica)

Tabela 7 – Média ponderada do grau de importância das metas

Meta	Média Ponderada
Julgar mais processos que os distribuídos (meta nacional)	20,76
Julgar processos mais antigos (meta nacional)	24,62
Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. (meta nacional)	32,31
Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral. (Meta específica)	29,69

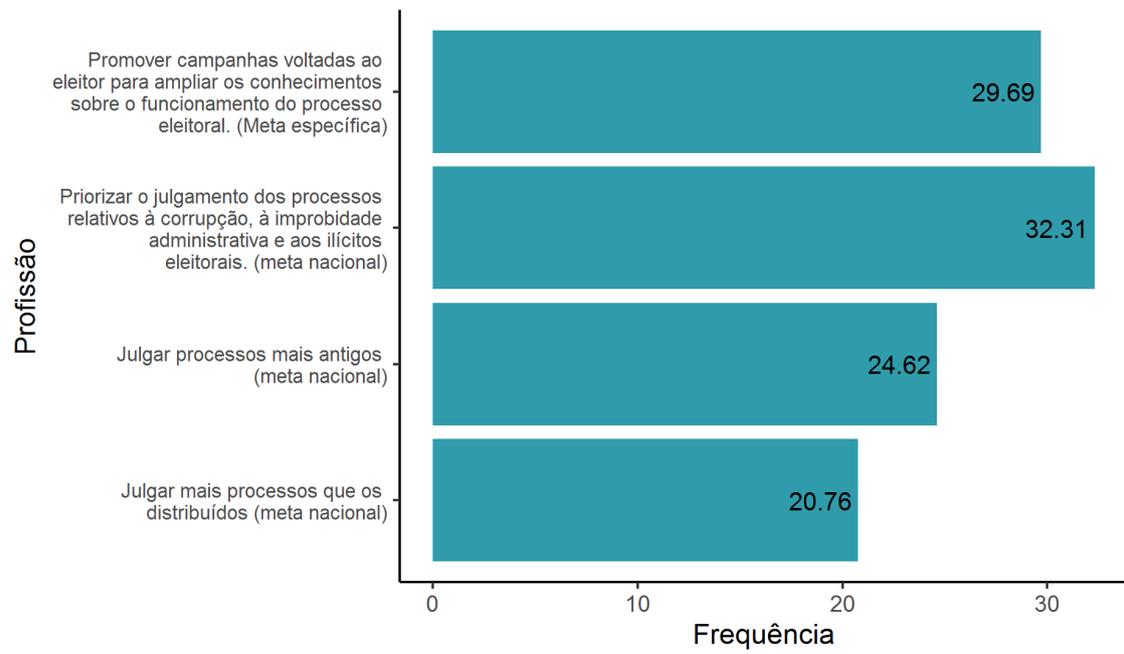


Figura 7 – Avaliação do grau de importância das metas (média ponderada)

Avaliação dos comentários

RS - Comentários

* Realizar muita mídia (todas as ferramentas disponíveis), a população está mais interessada mas ainda acredita no que qualquer agente político transmite, em sua maioria transmite a informação que é conveniente ou de forma subjetiva a seu favor.* Julgar com mais celeridade as lides, afim de evitar pleitos fora do período eleitoral geral, analisar e julgar os candidatos na plenitude antes de os mesmos registrarem suas campanhas oficialmente, afim de evitar candidatos sob recursos, que em geral ultrapassam a data do pleito.

A meta "Julgar mais processos que os distribuídos (meta nacional)" prejudica os tribunais que estão em dia com o julgamento de processos. Não havendo estoque (de processos antigos) para julgar, só é possível atingir a meta ano sim, ano não, caso o órgão opte por criar um passivo de forma a atingir a meta no ano seguinte. Se o tribunal zerar o estoque (julgar o mesmo número de processos que ingressou), nunca atingirá a meta, já que são necessários 100+1."

As metas apresentam pontos relevantes para a continuidade e a efetividade da Justiça Eleitoral.

As metas dos processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.deveriam ser bem mais audaciosas. Do modo como estão, não respeitam nem a duração razoável do processo.

Assegurar a permanência do voto através da Urna Eletrônica.

Campanhas voltadas com informações de como funciona a Justiça Eleitoral... sua atuação... seus processos...de como funciona a 1ª Instância.. o que faz a 2ª Instância..Trabalhar a Questão História da Justiça Eleitoral na comunidade e sua vinculação com processos de decisão..o Voto... Voto da Mulher... Votação Eletrônica... Como a sociedade se transforma e transforma a Justiça Eleitoral.. um ELO.

Com a perspectiva de restrição orçamentária, sem reposição de servidores e com o envelhecimento da força de trabalho, é importante que se desenvolvam ações internas à JE no sentido de fortalecimento da gestão de pessoas, saúde e segurança no trabalho, saúde mental no trabalho e campos afins. Somente ambientes de trabalho saudáveis e sustentáveis serão capazes de dar conta das crescentes demandas à JE sem adoecer os servidores ou levar a fenômenos como burnout e suicídio.

Considero importante também termos metas de saúde e segurança no trabalho, promovendo mudanças na organização do trabalho e construindo ambientes mais saudáveis e sustentáveis para os servidores.

Deve se divulgar a segurança da urna eletrônica de uma forma que o cidadão comum com menos instrução possa entender, e não usar tantos termos técnicos e jurídicos

Deveria haver campanhas informando aos eleitores o destino das multas eleitorais. Grande parte da população deixa de votar/justificar achando realizar protesto quando na verdade está contribuindo com a renda dos partidos políticos. Deveria haver também campanhas dissociando os partidos políticos da justiça eleitoral. Esclarecendo aos desinformados que a Justiça Eleitoral não trabalha para os partidos políticos

É prioritário a meta de esclarecer a população em geral a importância do cadastramento BIOMÉTRICO dos Eleitores, por motivo de identificação cadastral dos eleitores (endereço completo; atualização de eleitores dispostos a colaborar nas eleições como voluntários;depuramento do eleitorado-falecidos-eleitores com condenação ativa;etc.); ainda tornar os canais de comunicação entre a população e a Justiça eleitoral mais abertos;ainda criar meios de acesso a população de forma a auxiliar no combate a corrupção nas Eleições.

Em anos eleitorais, focar nos processos que tenham por objeto perda do registro, perda do diploma, impugnação do mandato eletivo, por abusos realizados no curso das eleições, sejam estes por incidência do art. 22 da Lei C. n. 64/90, 30 A , e 41A da Lei n. 9.504/97;

Esclarecer à população o processo de segurança das urnas e o combate a fake news.

Faltou um item:- CADASTRAR O MÁXIMO POSSÍVEL DE ELEITORES NA BIOMETRIA A FIM DE ATINGIR METAS JÁ ESTABELECIDAS.

Fomentar a participação feminina nos cargos de poder dentro da Instituição, mais mulheres na política e nos cargos de direção institucional fortalece toda a sociedade, pois as mulheres vão se sentir representadas pela Justiça Eleitoral.

Fortalecer o quadro de servidores, fazendo a reposição das vagas que estão abertas, além da diminuição gradual dos requisitados, para uma valorização maior do servidor concursado

Justiça eleitoral elaborar cursos e palestras sobre campanha política para advogados e afins
Justiça que tarda não é justiça.

O esclarecimento imediato sobre as "fake news" é uma necessidade, no momento que estas aparecem nas mídias, devem ser prontamente esclarecidas"

O mais importante seria que a JE fosse isenta, mas infelizmente não está aqui nas metas. Não adianta realizar as eleições mais seguras do mundo se o candidato com maior votação nas pesquisas foi condenado sem provas só para não participar do certame, deixando assim a vaga de Ministro para o juiz que o acusou (ao invés de julgar). Isso não é democrático, e a principal meta da JE deveria ser defender a democracia. Também deveria ser responsabilidade da JE a investigação da morte de Teori Zavaski e do delegado da polícia federal que estava investigando, pois também poderiam ter mudado o resultado da eleição.

Para mim, não é quantidade de julgamentos que promove a justiça. É a garantia do devido processo legal e a aplicação da Lei de modo os direitos das partes estejam garantidos e que o não cumprimento dos deveres, que deram origem a demanda, possam dar origem a julgamentos que consigam enxergar essa lacuna.

Priorizar metas para a inclusão social.

Promover metas para inovação e gestão estratégica (diferença de planejamento) no Poder Judiciário.

Sem comentários

Sem comentários.

Sem mais,

Sem sugestões.

Seriam fundamentais campanhas massivas desvendando e mostrando o equívoco de todas as principais fake news sobre segurança nas urnas eletrônicas veiculadas em 2018. É bem possível que estas fake news, em grande parte, sejam reutilizadas no pleito de 2020, sendo assim essencial antecipar o "antídoto" às fake news. As fake news sobre a urna eletrônica atrapalham o pleito e impactam diretamente na atuação de servidores que ficam na "porta de entrada" da Justiça Eleitoral e precisam despender grande tempo e esforço para tentar esclarecer as falácias divulgadas. A disseminação de "true news" antecipadamente às fake news ajudaria imensamente os servidores para que eles possam desempenhar suas funções (e atingir as demais metas relacionadas a processos, inclusive) com mais tranquilidade."

Sugiro incluir como meta a redução de despesas com diárias e pagamentos de gratificações aos magistrados. Percebe-se que o alto escalão, por já ganhar uma remuneração limitado ao teto do serviço público, utiliza a realização de eventos (muitos deles dispensáveis) como maneira de receber verbas indenizatórias. De onde deveria vir o exemplo positivo, vem o negativo.

Urge orientar os eleitores sobre o valor do voto, esclarecer como funcionam os poderes da República, sua competência e organização. Falar sobre condutas vedadas, compromisso dos partidos e candidatos.
